

Quem são os pesquisadores que defendem explicitamente a terceirização da saúde pública no Brasil?: uma revisão mista

Who are the researchers who explicitly defend public health outsourcing in Brazil ? : a mixed review

Ibrahim Rogério Jarochinski Marinho, Leonardo Carnut

Resumo

Este estudo pretende identificar quem são os pesquisadores que defendem explicitamente a terceirização da saúde pública no Brasil. Para isso, foi realizada uma revisão mista, cuja primeira parte constituiu-se de uma revisão narrativa, minimamente sistematizada, cuja fonte foi a base dados de publicações científicas da Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a segunda parte de uma pesquisa no currículo Lattes dos pesquisadores encontrados para compreender melhor sua trajetória profissional. A estratégia de busca na base da FGV foi construída pelos polos: terceirização (fenômeno), forças políticas neoliberais (população) e Sistema Único de Saúde (contexto). O limite de idioma foi apenas a língua portuguesa. O protocolo PRISMA foi usado para organizar o processo de seleção dos estudos. A análise dos dados foi feita na modalidade narrativa simples. Apenas 3 artigos foram incluídos que defendiam explicitamente a terceirização do SUS e foram identificados 7 pesquisadores-autores. No currículo Lattes dos autores foram extraídos: formação de graduação, área do doutorado, filiação a grupos de pesquisa, a revista das últimas publicações, o local de trabalho atual, o caminho profissional e as relações pessoas e orientadores. No Diretório de Grupos de Pesquisa do Lattes identificou-se os financiamentos de pesquisa, as instituições parcerias e a posição do líder do grupo de pesquisa. A maioria apresenta formação da área das ciências sociais aplicadas e apenas uma em enfermagem. Dos 7 pesquisadores apenas 1 está atuando exclusivamente na área pública, enquanto 6 deles encontram-se prestando algum tipo de serviço à iniciativa privada. Conclui-se que, ainda que com um caráter exploratório, esta pesquisa gera algumas reflexões para defender o SUS tais quais: qual a relevância social dos temas que são pesquisados nas universidades públicas? como estas pesquisas, financiadas com impostos pagos sobretudo pelos mais vulneráveis, poderão colaborar para a transformação da sociedade atual?

Descritores: Terceirização. Forças Políticas. Sistema Único de Saúde

Abstract

This study aims to identify who are the researchers who explicitly defend the outsourcing of public health in Brazil. For this, a mixed review was carried out, the first part of which consisted of a narrative review, minimally systematized, whose source was the database of scientific publications from the Fundação Getúlio Vargas Library (FGV) and the second part of a research in the curriculum Lattes of the researchers found to better understand their professional trajectory. The search strategy at the base of FGV was built by the hubs: outsourcing (phenomenon), neoliberal political forces (population) and the Unified Health System (context). The language limit was only the Portuguese language. The PRISMA protocol was used to organize the study selection process. Data analysis was done in simple narrative mode. Only 3 articles were included that explicitly defended the outsourcing of SUS and 7 researchers-authors were identified. In the authors' Lattes curriculum, the following were extracted: undergraduate training, doctorate area, affiliation to research groups, the magazine of the latest publications, the current workplace, the professional path

and the relationships between people and advisors. The Lattes Research Groups Directory identified research funding, partner institutions and the position of the research group leader. Most have training in the field of applied social sciences and only one in nursing. Of the 7 researchers, only 1 is working exclusively in the public area, while 6 of them are providing some type of service to the private sector. It is concluded that, although with an exploratory character, this research generates some reflections to defend SUS tasia which: what is the social relevance of the themes that are researched in public universities? How can this research, financed with taxes paid mainly by the most vulnerable, help to transform the current society?

Keywords: Outsourcing. Political forces. Unified Health System

Introdução

Este trabalho pretende levantar de maneira crítica as necessidades que geram grandes dificuldades e acumam a gestão pública, tendo como principal objetivo não se render aos encantos dos projetos neoliberais, levantando os pontos e aspectos que promovem a tentativa de captura do setor público pelo setor privado.

Enxergando o reflexo da trajetória da saúde pública nos deparamos com a necessidade de avaliar os pesquisadores suas trajetórias profissionais e seus grupos científicos que podem simbolizar uma parte das forças políticas neoliberais que estão provocando o desmonte via terceirização da saúde pública no Brasil. Iremos identificar os autores de artigos científicos e caracterizar os grupos científicos nos quais estes autores pertencem e sua trajetória profissional assim como os financiamentos de pesquisa que recebem.

A terceirização do serviço público de saúde no Brasil provoca primeiramente um desmonte social através da precarização do trabalho, tendo como consequência a baixa qualidade dos serviços prestados, provocados pela mercantilização do sistema através de políticas neoliberais dominadas pelo interesse da economia privada e ofertadas através das leis garantidoras das organizações sociais e outras sociedades de interesse público.

Vários setores contribuíram para a construção histórica do SUS, onde houve árduas lutas até a Constituição de 1988, passando a assegurar não somente os princípios da universalidade, integralidade, equidade, descentralização e participação social, mas sim por garantir a melhoria contínua e o aprimoramento destes princípios norteadores do maior e mais universal sistema público de saúde que um país possui.

Notamos que na atualidade um dos problemas mais significativos enfrentados pelo SUS é o embate do financiamento da saúde pública brasileira, impostos pelas condições das políticas macroeconômicas adotadas, em especial neste período do capitalismo contemporâneo, implicando pressões diversas sobre os recursos financeiros da seguridade social e do SUS.

Na análise do processo de implementação do SUS nos deparamos com um contraponto considerável, onde visualizamos um grande mercado de planos de saúde que cobre o polo dinâmico da economia e funciona em antagonismo às diretrizes constitucionais do SUS (FIUZA, 2019).

O SUS, desde 1990, cerceado por um projeto neoliberal, vem se ancorando na deficiência de protocolos técnicos elaborados e não trabalhados onde na maioria da vezes caminha por vivências empíricas, transmitindo fragilidades para as redes regionalizadas, hierarquizadas e para os serviços municipais descentralizados que cada vez mais aumentam as dificuldades nas interdependências entre municípios e entre esferas de gestão, dificultando a garantia da oferta dos serviços com qualidade e humanização (SANTOS, 2020).

A União impõe um projeto neoliberal para com os Estados e Municípios, num contexto de redução dos gastos federais, onde se amplia a demanda por menor regulamentação da União, com adoção de alterações na forma de repasses dos recursos federais.

A Emenda Constitucional-95 tem sido devastadora na transferência das responsabilidades para estados e municípios através do subfinanciamento no setor, reduzindo a capacidade de coordenação do sistema, perda de efetividade, aumento de competição e da fragmentação, além de crescimento da desigualdade de acesso aos bens e serviços de saúde no país.

Na ótica contemporânea é bem definida a forma neoliberal de produzir e organizar a atenção à saúde com ênfase na investigação dos processos de trabalho do exercício do poder nas instituições e nas relações entre serviços e usuários (COHN, 2020).

Desta maneira é necessária uma práxis com conteúdo político-social mais centrado nas pessoas para o fortalecimento e cobrança de apoio para o compromisso da União com SUS. A capilarização das políticas setoriais, gestão do trabalho e educação na saúde, são pontos necessários para a plena aceitação do SUS pela sociedade.

É importante que haja um trabalho para esclarecer e encurtar o distanciamento entre os que buscam culpabilizar o sistema de saúde pública enfatizando seus fracassos, para que de maneira proativa possa haver uma pulverização de conhecimentos em torno de uma luta social capaz de empobrecer o bloco neoliberal.

É sabido que parte dos pesquisadores acadêmicos usam sua expertise para justificar a terceirização da saúde pública no Brasil. Por mais bem intencionados que sejam estes pesquisadores, a crítica da produção do conhecimento que reforçam a ordem do capital não é feita, justamente porque não se questionam insistentemente a quais interesses o conhecimento que produzem estão subsumidos (ALVES, CARNUT, MENDES, 2019).

A história brasileira coloca na mão dos defensores sociais a necessidade da superação deste momento, fazendo-se necessária cada vez mais a construção de projetos apoiados integralmente pela sociedade, tornando o SUS universal não apenas em seu acesso, mas também em sua luta e sobretudo em sua defesa, abandonando definitivamente a forma neoliberal de pensar e fazer saúde pública (COHN, 2020).

Assim este estudo teve como objetivo revisar os pesquisadores e seus grupos científicos ligados as forças políticas neoliberais que defendem a terceirização da saúde pública no Brasil.

Método

No presente artigo empregamos um método misto entre a revisão narrativa, minimamente sistematizada com a ajuda de descritores e estratégia reprodutível em base de dados e uma pesquisa no currículo Lattes dos pesquisadores encontrados para compreender melhor sua trajetória profissional. Na primeira parte, onde organizamos a revisão narrativa, partimos da seguinte pergunta: *“quais são os pesquisadores ligados as forças políticas neoliberais que defendem a terceirização da saúde pública no Brasil?”*.

Fonte de dados e estratégia de busca

A respectiva pergunta permitiu selecionar palavras-chaves e definição de palavras sequentes para pesquisa inicial que foram utilizadas como descritores na plataforma Sistemas de Bibliotecas FGV – Banco de dados Fundação Getúlio Vargas (FGV) – <https://sistema.bibliotecas.fgv.br>. (quadro 1). Elegemos esta base de dados pela possibilidade

de ela provavelmente recuperar mais artigos de autores que defendam a terceirização da saúde pública no Brasil.

Item-chave	Palavras-chave	Polo da estratégia de busca
Terceirização	serviços terceirizados, organizações sem fins lucrativos, privatização, organizações sociais, OS, OSS, OSCIP, terceiro setor, reforma do Estado, gerencialismo, reforma gerencial, terceirização.	Fenômeno
Forças Políticas Neoliberais	Forças Políticas e Neoliberal	População
Sistema Único de Saúde	Sistema Único de Saúde	Contexto

Quadro 1. Item-chave, palavras-chaves derivadas e polo de estratégia de busca da revisão narrativa. 2020.

Fonte: elaboração dos autores

Os itens-chaves foram montados e combinados através de polos, o objetivo principal foi de construir um banco para pesquisa com ampla abrangência de maneira sistematizada e com grande captação de artigos e documentos. Estes testes exploratórios possibilitaram confirmar que as palavras-chave são amplamente utilizadas para indexação de conteúdo pela comunidade científica que vem pesquisando o tema.

Nesta pesquisa os descritores foram combinados entre eles dentro de um item-chave com o uso do operador Booleano “OR”, o respectivo descritor tem a função de aumentar a abrangência das pesquisas. No campo “Busca Integrada” do banco de dados do sistema de bibliotecas da FGV realizou-se as pesquisas das palavras-chaves, para a composição e pesquisa dos polos foi utilizada a opção de “Busca Avançada”, neste local a pesquisa foi iniciada com a abreviatura TX (texto completo), em seguida foi realizada a pesquisa das combinações dos polos com os descritores Booleanos “OR”. Para a formação da sintaxe final na opção “Busca Avançada” utilizamos o descritor Booleano “AND” para a combinação dos polos.

Polo	Descrição	Sintaxe da estratégia de busca por polo
Fenômeno (Terceirização)	Neste polo foram incluídas as palavras-chave combinadas relacionados ao item-chave “terceirização”. Recuperou 7.107.285 publicações.	TX "serviços terceirizados" OR "organizacoes sem fins lucrativos" OR "privatizacao" OR "organizacoes sociais" OR "OS" OR "OSS" OR "OSCIP" OR "terceiro setor" OR "reforma do Estado" OR "gerencialismo" OR "reforma gerencial" OR "terceirizacao"
População	Neste polo foram incluídas as palavras-chave	TX "neoliberalismo" OR "forças políticas"

(Forças Políticas Neoliberais)	combinadas relacionados ao item-chave “forças políticas neoliberais”. Recuperou 23.720 publicações.	
Contexto (Sistema Único de Saúde)	Neste polo foram incluídas as palavras-chave combinadas relacionados ao item-chave “Sistema Único de Saúde”. SUS – Porém devido a vários descritores sinônimos pontuados resolvemos reduzir os demais descritores para o número de uma palavra-chave. Recuperou 4.822.256 publicações	TX "Sistema Unico de Saude"

Quadro 2. Polos da pergunta de pesquisa, descrição e estratégia de busca por polo. 2020.

Fonte: elaboração dos autores

A composição da sintaxe final foi composta pelo operador Booleano “OR” e “AND” conectando os polos apresentados: Pólo fenômeno OR polo contexto AND polo população. Esta sintaxe final é: *TX ("serviços terceirizados" OR "organizações sem fins lucrativos" OR "privatização" OR "organizações sociais" OR "OS" OR "OSS" OR "OSCIP" OR "terceiro setor" OR "reforma do Estado" OR "gerencialismo" OR "reforma gerencial" OR "terceirização") AND TX ("neoliberalismo" OR "forças políticas") AND TX "sistema único de saúde"*. Ao testá-la a base de dados, recuperava o total de 342 resultados (publicações identificadas).

Ao trabalhar com a sintaxe final descrita acima, foi possível identificar que os 342 estudos foram produzidos entre 2010 a 2019. A partir dos títulos e resumos disponíveis, foram desconsiderados aqueles que estavam repetidos (2 publicações). Na fase de rastreamento foram excluídas as publicações que representavam outro material bibliográfico diferente do formato artigo científico (literatura cinza, ou seja, anais de congressos, relatórios ministeriais dentre outros – 296 publicações) e os que não tinham relação com o tema (25 publicações), onde todos os textos selecionados estavam disponíveis para leitura na íntegra. Na fase da elegibilidade, os 3 artigos que foram para leitura do texto completo de fato estavam direcionados à pergunta de pesquisa e estavam todos disponíveis em acesso livre na internet. Após leitura na íntegra nenhum estudo foi descartado pois apresentaram relação direta com a pergunta de pesquisa.

Ao final, 3 artigos foram considerados como incluídos nesta revisão. Este processo de processo de seleção da literatura está descrito no fluxograma do PRISMA apresentado na figura 1.

A trajetória profissional dos pesquisadores e sua filiação em grupos de pesquisa

No intuito de aprofundar o estudo, paralelamente identificamos os autores dos artigos científicos que analisam as forças políticas neoliberais que estão provocando a terceirização da saúde pública no Brasil, também iremos caracterizar os grupos científicos nos quais estes autores pertencem e suas relações sociais com governos e empresas, assim como os financiamentos de pesquisa que recebem.

Para isso foi utilizado o currículo Lattes para identificar dados sobre a trajetória profissional destes pesquisadores e sua ligação a grupos de pesquisa (verificada pelo Diretório de Grupos de Pesquisa – CNPq). Desta maneira coletou-se dados sobre: dados profissionais (nome, formação, doutorado), científicos (grupos de pesquisa que é filiado e revista de sua última publicação) e relações no âmbito do trabalho (trabalho atual, caminho profissional, trajetória profissional – pública ou privada) e relações pessoais.

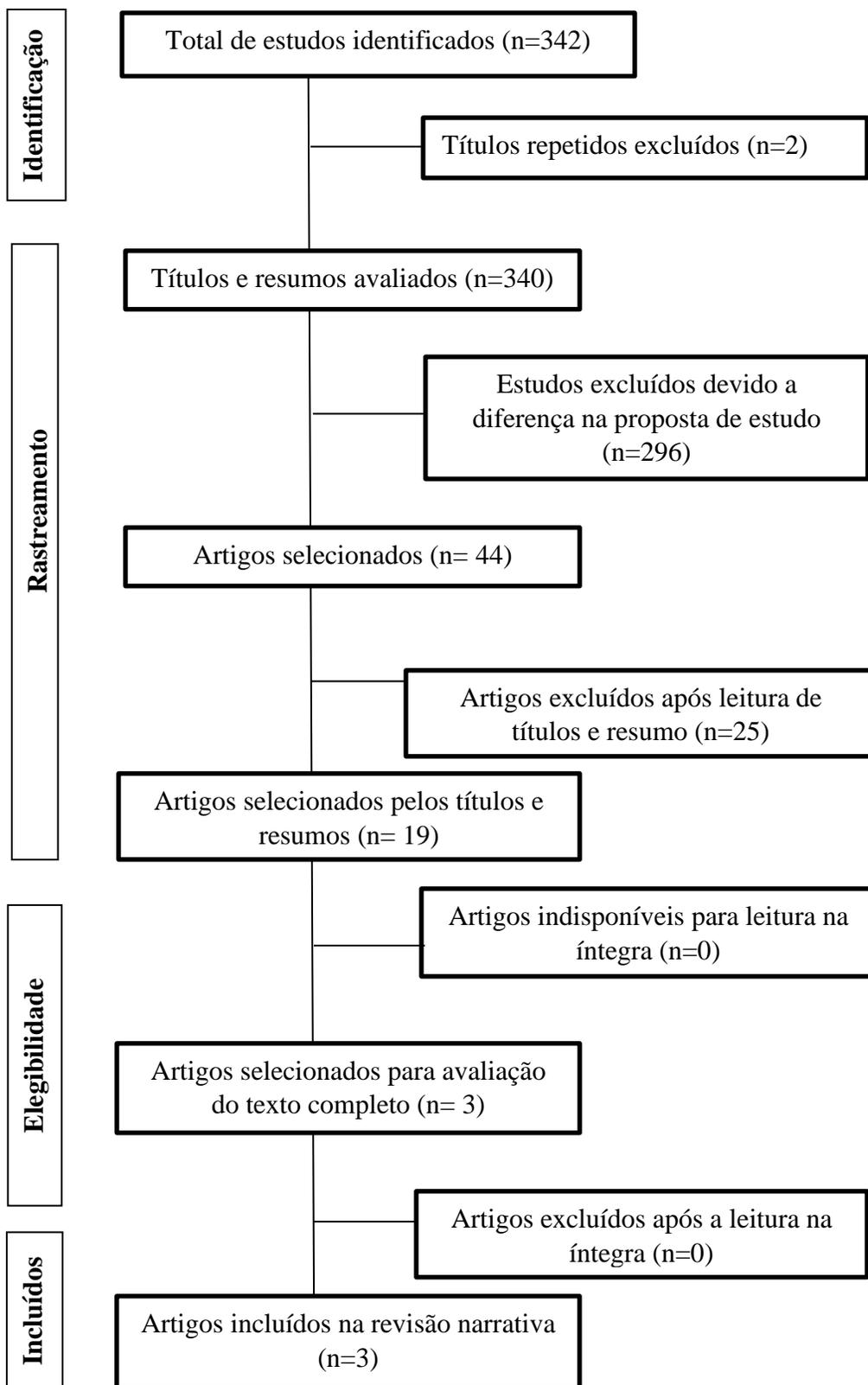


Figura 1. Fluxograma PRISMA sobre o processo de seleção dos artigos incluídos na revisão. 2021.

Fonte: elaboração dos autores.

Resultados

Para que se pudesse tecer uma análise mais aprofundada acerca das forças que tem impactado nos trabalhos científicos e suas relações com o neoliberalismo, foram realizados um levantamento dos principais pesquisadores brasileiros que tem atuado dentro deste campo de pesquisa científica.

Após o detalhamento da análise preliminar pode-se traçar um panorama acerca dos grupos científicos que possuem relações com o campo de estudo proposto neste trabalho, estruturados os quadros que seguem onde foram identificados os principais pesquisadores e seus grupos científicos, além de um estudo preliminar mostrando uma breve trajetória profissional deles, bem como seus vínculos profissionais e os tipos de financiamento que recebem para a realização de seus estudos.

Na análise dos quadros apresentados pode-se concluir que a grande maioria dos pesquisadores possui formação em universidades públicas, com conclusão de Doutorado e participação em grupos de pesquisa relacionados a Economia, Contabilidade ligados à área de auditoria de ativos e passivos. Outro fator importante refere-se ao fato de que todos os pesquisadores citados atuam com vínculos em serviços públicos de referência.

No quadro 2, foram realizados os levantamentos das trajetórias profissionais dos pesquisadores onde foi possível identificar que dos 7 (sete) pesquisadores apenas 1 (um) está atuando exclusivamente na área pública, enquanto 6 deles encontram-se prestando algum tipo de serviço à iniciativa privada. Em relação à formação universitária é importante destacar que 3 destes profissionais possuem formação em Ciências Contábeis, 1 em Matemática, 1 em Direito, 1 em Relações Internacionais e apenas 1 em Enfermagem. Quanto ao local de atuação profissional pode-se levantar que 3 encontram-se na região Nordeste, 2 no Espírito Santo, 1 no Rio de Janeiro e 1 em São Paulo.

Apenas 1 (um) deles não possui doutorado, porém seus campos de pesquisa estão relacionados às áreas financeira, ambiental e jurídica. Também foram detalhados os grupos de pesquisa a que cada autor pertence, onde foram apresentados os objetivos dos respectivos grupos, o grau de formação destes profissionais bem com a formação dos demais participantes, destacando suas principais lideranças, onde foram traçados um breve histórico profissional dos principais organizadores destas pesquisas bem como as instituições com que possuem parceria para a realização destes trabalhos.

No quadro 4, pode-se observar a carreira destes pesquisadores onde apenas 1 (um) deles possui uma trajetória profissional exclusivamente pública, os demais trabalharam em serviços públicos e privados. Outro fator que merece destaque refere-se ao fato de que todos estes pesquisadores não possuem qualquer tipo de financiamento para a realização de seus grupos de pesquisa.

No quadro 5, foram levantadas as relações destes pesquisadores com os grupos de pesquisa e instituições dos quais fazem parte e as lideranças dentro destes estudos. Pode-se notar que apenas 3 destes pesquisadores estão ligados a universidades públicas localizadas mais especificamente na região Nordeste (UFPE) e na região Sudeste (UFRJ-UFES), além de parcerias com universidades estrangeiras. Os demais líderes destes grupos de estudo estão vinculados às universidades e/ou associações de caráter privado. Quanto as áreas de pesquisa analisadas podem-se destacar: Serviços Contábeis, Finanças e Sustentabilidade, Direito à Saúde, Direitos Humanos e Ciências Sociais.

Quadro 3. Nome, dados profissionais, científicos e relações pessoais no âmbito do trabalho e pesquisa dos pesquisadores relacionados às pesquisas de terceirização da saúde pública no Brasil.

Nome	Formação	Doutorado	Grupo Pesquisa 1	Grupo Pesquisa 2	Grupo Pesquisa 3	Últimas publicações	Trabalho atual	Caminho Profissional	Relações Pessoais - Orientadores
Girlando Gomes da Silva	Ciências Contábeis Universidade Federal da Paraíba UFPB	Não possui	nenhum	nenhum	nenhum	Revista Científica Hermes	Gerente Executivo de contratos, Governo da Paraíba	Público	Vera Lucia Cruz.
Vera Lúcia Cruz	Ciências Contábeis Universidade Católica de Pernambuco	Universidade Potiguar	Oferta e Procura de Serviços Contábeis para Pequenas e Médias Empresas Brasileiras	nenhum	nenhum	Revista Amazônia, Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento	Universidade Federal da Paraíba	Privado - Público	Rodrigo Jose guerra Leone. Telmo de Menezes e Silva Filho
Ramon Rodrigues dos Santos	Ciências Contábeis Centro Universitário João Pessoa	Universidade Federal de Pernambuco	GEFINS – Grupo de Estudos em Finanças e Sustentabilidade	nenhum	nenhum	Revista Administração em Diálogo. Revista Ciências Administrativas	Universidade Federal de Pernambuco	Privado - Público	Sinézio Fernandes Maia Josete Florêncio dos Santos Vinicius Gomes Martins
Rodrigo José Guerra Leone	Matemática Universidade Federal da Paraíba	UFRJ	nenhum	nenhum	nenhum	Revista JCR, Revista da Micro e Pequena Empresa	Universidade Potiguar	Público	Paulo Roberto Oliveira Roberto Quirino do Nascimento
Shayene Machado Salles	Direito Faculdade de Direito de Vitória	Faculdade de Direito de Vitória	Pesquisa de extensão em Políticas Públicas, Direito a saúde e Bioética	nenhum	nenhum	Revista Direitos fundamentais e Democracia Revista Espaço Jurídico	Assessora Jurídica do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES)	Público	Elda Coelho de Azevedo Bussinguer.
Elda Coelho de Azevedo Bussinguer	Enfermagem UFES	UnB	Human Rights Constitutional Challenges	Segurança social, trabalho decente e desenvolvimento	Estudos Políticos e Institucionais	Opnión Jurídica	UNIRIO	Público	Aline Albuquerque Santana de Oliveira Daury Cesar Fabris
Marcello Fragano Baird	Relações Internacionais PUC SP	USP - Sanduiche Columbia	nenhum	nenhum	nenhum	Revista de Ciências Sociais Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais	USP - FFLCH	Público	Wagner Pralon Mancuso Eduardo Marques

Fonte: elaboração dos autores

Quadro 4. Financiamento de pesquisa e trajetória profissional dos pesquisadores da saúde que defendem a terceirização da saúde pública no Brasil.

Pesquisador	Financiamento de Pesquisa	Locais de Trabalho	Trajétoria Profissional
Girlando Gomes da Silva	Não	UFPB	público
		Tribunal de Contas PB	público
		Instituto Cândida Vargas	público
		SES Saúde PB	público
		Supervisão de Contratos PB	público
Vera Lúcia Cruz	Não	UFPB	público
		UFPE	público
		WT manutenções elétricas	<i>privado</i>
		FCAP Faculdade Pernambuco	público
		Indaia transportes	<i>privado</i>
		Construtora Maranhão	<i>privado</i>
		PM Jaboatão dos Guararapes	público
		STI Suporte	<i>privado</i>
		Shopping Norte - Guararapes	<i>privado</i>
Ramon Rodrigues dos Santos	Não	UFPE	público
		UFPB	público
		UNICRED	<i>privado</i>
		UNIPÊ	<i>privado</i>
		Consórcios MAIA	<i>privado</i>
		LUMA Trading	<i>privado</i>
Rodrigo José Guerra Leone	Não	Energisa PB	público
		Universidade Potiguar	público
		Leone Consultoria	<i>privado</i>
		UNILEAO	<i>privado</i>
		Faculdades Vale Salgado	<i>privado</i>
Shayene Machado Salles	Não	TJES	público
		PM Vitoria	público
		Faculdade de Direito de Vitoria	<i>privado</i>
		UFRJ	público
		Fórum Cível Vitoria	público
		Fórum Criminal Vitoria	público
Elda Coelho de Azevedo Bussinguer	Não	Faculdade de Direito de Vitoria	<i>privado</i>
		RIEES Educação Espírito Santo	<i>privado</i>
		UFES	público
		UFRJ	público
		UFBA	público
		FAESA Espírito Santo	<i>privado</i>
		HU Cassiano Antônio Moraes	público
		SUS – Conselho Estadual Saúde	público
		IDAPES	<i>privado</i>
		GAZETA Colunista	<i>privado</i>
		ESMPU Ministério Público	público
		Polícia Militar Espírito Santo	público
Marcello Fragano Baird	Não	ESPM	<i>privado</i>

Escola do Parlamento - CMSP	público
FGV	<i>privado</i>
ACT Promoção da Saúde	<i>privado</i>
USP	público
Instituto Sou da Paz	<i>privado</i>
IDEC Defesa do Consumidor	<i>privado</i>
FMU	<i>privado</i>
PMSP	público
Instituto Empreender	<i>privado</i>
Conectas Direitos Humanos	<i>privado</i>

Fonte: elaboração dos autores

Quadro 5. Filiações e relações dos pesquisadores com os grupos científicos e suas instituições parceiras. 2020.

Pesquisador	Grupo de pesquisa em que está filiado	Repercussões	Número de doutores	Número de mestres	Número de graduandos	Outros pesquisadores filiados	Instituição parceira	Líder do Grupo de Pesquisa	Autodescrição do pesquisador líder do grupo científico
Vera Lúcia Cruz	Oferta e Procura de Serviços Contábeis para Pequenas e Médias Empresas Brasileiras	Pesquisas do SEBRAE (2004), no Brasil, e outras pesquisas similares em outros países (Cooper et alli. 1998; Reynolds, 1987; Small Business Service - UK, 2004; Knaup, 2005), revelam que as pequenas e médias empresas têm alta taxa de mortalidade em seus primeiros anos de vida	15	5	1	1	Managing Business Information Consulting - Empresa Extinta (encerramento)	Luiz Carlos Miranda	Professor Titular do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFPE. Atualmente coordena um projeto de pesquisa sobre utilização da contabilidade gerencial nas pequenas e médias empresas. Atua na área de Administração e Contabilidade, com ênfase em Contabilidade Gerencial Controladoria e Custos.
Ramon Rodrigues dos Santos	GEFINS – Grupo de Estudos em Finanças e Sustentabilidade	Espera-se estimular os estudos em temas de finanças, especialmente, governança corporativa, estrutura de capital, gestão de riscos, sustentabilidade e finanças de curto prazo, disseminando o conhecimento para a academia e para as empresas	8	2	1	1	Nenhum registro adicionado	Josete Florencio dos Santos	Atualmente está na Vice-coordenação do PROPAD/UFPE e esteve na Coordenação do Mestrado Profissional em Administração (MPA/UFPE) até início de 2020. É membro do Comitê Científico de Finanças do ANPAD. Membro do Comitê Interno do PIBIC/UFPE/CNPq desde 2012. Possui graduação em Engenharia Elétrica (1983). Tem experiência profissional na área de Administração, com ênfase em Administração Financeira, atuando academicamente com os seguintes temas: governança corporativa, estrutura de capital, desempenho, práticas de governança corporativa e monte carlo
Shayene Machado Salles	Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito a Saúde e Bioética – BIOGEPE	A complexidade e as contradições que envolvem as políticas sociais no Brasil e em especial a política de saúde, foram determinantes na gestação do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética – BIOGEPE. Nesse contexto, a emergência de temas como a bioética e o enfrentamento dos conflitos morais em uma sociedade cada vez mais plural e na qual o desenvolvimento científico coloca profissionais da saúde e do direito, diante da necessidade de tomar decisões.	20	9	10	9	UFRJ - UFES	Elda Coelho de Azevedo Bussinguer	Livre Docente pela Universidade do Rio de Janeiro (UniRio). Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Editora da Revista Direitos e Garantias Fundamentais (QUALIS A 1). Coordenadora do Grupo do BIOGEPE- Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética. Consultora ad hoc da CAPES/MEC, para a área do Direito. Membro da Rede Interamericana de Pesquisa em Direitos e Garantias Fundamentais. Colunista de A Gazeta. Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Bioética. Professora Associada II aposentada da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
Elda Coelho de Azevedo Bussinguer	Human Rights and Constitutional Challenges	Discutir os conceitos e preocupações dos direitos humanos nos níveis nacional e regional do Estado de Direito; 2. Promover a cultura e a educação em direitos humanos de acordo com os padrões da democracia; 3. Estudar e pesquisar direitos humanos e novas tecnologias; 4. Acessar as críticas à efetivação dos direitos humanos por meio de deveres fundamentais; e, 5. Discutir Jurisdição Constitucional e Hermenêutica sobre Elaboração de Direitos Humanos.	11	5	12	0	Universidade de Salamanca, Universidade do Porto, UENF, UNIFAP, Faculdade de Direito de Vitoria, Universidade de Beijing, Universidade do Paraguay	Cássius Guimarães Chai	Diplomado pela Escola Superior de Guerra: Curso Superior de Defesa e Curso de Política e Estratégia, 2019. Graduado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1994), com especialização em Direito e Sociedade pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), Tem experiência na área de Direito e das Ciências Políticas, com ênfase em Direito Público: Direito Constitucional, Direito Internacional, Direito Administrativo, Direito de Família e Teoria do Direito e da Constituição, atuando principalmente nos seguintes temas: controle da administração pública, papel socioinstitucional do Ministério Público e políticas públicas; controle de constitucionalidade e processo constitucional; relações e direitos familiares; serviços públicos; Sistemas Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos, Combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas; Justiça Global e Prevenção ao Crime: Contra-terrorismo; Criminalidade Organizada e Corrupção
	Segurança social, trabalho decente e desenvolvimento	Não apresenta	9	9	1	2	Não há registro	Carlos Luiz Strapazzon	Professor de Direito Constitucional. Doutor em Direito, UFSC. Estágio Pós-Doutoral na PUC-RS (2012-2014) sob a supervisão do Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet. É

professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) e da Universidade Positivo (UP), Curitiba, PR. Professor convidado da Pós-Graduação da ESMAFE-RS, Escola da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul (desde 2013) e da FEMPAR - Fundação Escola do Ministério Público do Paraná (desde 2019). Conselheiro Editorial e avaliador de várias revistas especializadas em direito constitucional no Brasil e no exterior. Editor-Adjunto da Revista especializada em Direitos Fundamentais, Espaço Jurídico Journal of Law | EJLL (Qualis-CAPES A1), do Mestrado em Direito da UNOESC. Áreas de atuação e de pesquisa: Direito Constitucional, Políticas de Segurança Social, Desenvolvimento; Economia do bem-estar social; Finanças públicas; Direito da Educação (Educação básica e superior); Editoração Científica

Estudos Políticos e Institucionais	Grupo de Estudos Políticos e Institucionais (GEPI) tem sua origem no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais (NEPCS), que foi criado em 1997. Esteve vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFES, desde sua criação em 2009. Foram realizadas diversas pesquisas, nas três principais linhas que compunha o NEPCS. Em razão das mudanças ocorridas excluímos o NEPCS para criar o atual Estudos Políticos e Institucionais mais aderente as pesquisas em curso pelos pesquisadores.	4	2	0	3	Faculdade de Direito de Vitória	Marta Zorzal e Silva	Livre Docente pela Universidade do Rio de Janeiro (UniRio). Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Editora da Revista Direitos e Garantias Fundamentais (QUALIS A 1). Coordenadora do Grupo do BIOGEPE- Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética. Consultora ad hoc da CAPES/MEC, para a área do Direito. Membro da Rede Interamericana de Pesquisa em Direitos e Garantias Fundamentais. Colunista de A Gazeta. Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Bioética. Professora Associada II aposentada da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).
Girlando Gomes da Silva	Nenhum Grupo	-	-	-	-	-	-	-
Rodrigo José Guerra Leone	Nenhum Grupo	-	-	-	-	-	-	-
Marcello Fragano Baird	Nenhum Grupo	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: elaboração dos autores

Discussão

Tendo em vista a análise dos resultados apresentados acima, pode-se destacar que nos quadros apresentados acima, a maioria dos pesquisadores possuem formação acadêmica em universidades públicas e pós-graduação em nível de doutorado. No entanto, torna-se evidente que estes ex-alunos que concluíram seus estudos com financiamento exclusivamente público, atualmente possuem vínculos de trabalho no sistema privado e privado-público, além disso estão ligados à grupos de pesquisas que não possuem quaisquer tipos de compromissos com os princípios do SUS. Estes grupos que, de forma direta ou indireta, passam a trabalhar em prol da efetivação dos processos de terceirização do sistema público de saúde e, em sua maioria não estão preocupados com a eficiência dos serviços prestados à população, mas sim com o mercado de extensões continentais e a lucratividade intrínseca a este fenômeno neoliberal avassalador que vem colocando em xeque a saúde pública brasileira.

Vale destacar também que são grupos de pesquisa que estão relacionados à Economia, Contabilidade muito mais voltada aos setores de auditoria de ativos e passivos, onde apenas uma das pesquisadoras possui formação na área de Enfermagem. Porém, ao ser realizada uma busca mais aprofundada nos quadros apresentados acima, pode-se perceber que a única pesquisa da área de enfermagem, ou seja, que em tese seria a mais ligada diretamente à Saúde no sentido do cuidado, está na verdade voltada aos processos de judicialização do sistema único de Saúde e seus custos, no sentido de apresentar dados com o custeio com estes processos.

Quem destes em algum momento tentou entender realmente os gastos do sistema público como investimento em saúde e qualidade de vida? Seria a iniciativa privada capaz de deixar de visar a lucratividade para custear realmente sem fins lucrativos um atendimento de excelência para a população? Infelizmente é muito triste perceber que praticamente inexistem pesquisadores voltados a análise da eficiência dos serviços de Saúde, que vem sendo cada vez mais entregues nas mãos de organizações de caráter cada vez mais duvidoso.

Pode-se contrapor esta análise levantando a priori que estes pesquisadores citados a princípio possuem vínculos em serviços públicos de referência, mas parece que o mercado necessita trazer para si agentes com “boas” formações acadêmicas para validar através destes currículos seus feitos nada apreciáveis para com os trabalhadores e usuários dos serviços públicos de saúde.

Um outro fator importante a ser observado é a utilização dos cargos em serviços públicos que tais pesquisadores ocupam que mais parecem servir como uma ponte estratégica entre o técnico e o político ou mesmo entre o ético e suas diferentes formas imperceptíveis de transgressão. É importante citar também, mesmo que as revistas científicas estão sendo utilizadas apenas como trampolins para este nicho de pesquisadores.

Uma outra importante pergunta a se fazer é por quê e por quem estas publicações são financiadas? Torna-se evidente a tentativa através da publicidade de divulgar e promover a terceirização da Saúde Pública como algo moderno e necessário para a primazia capitalista mostrando o afogamento dos países que muito lutaram para o direito universal de acesso a saúde.

Na ótica atual nos deparamos com o enfraquecimento das revistas e periódicos científicos, fato esse que se deve ao empobrecimento com o passar do tempo de artigos e pesquisas. Notamos um grande número de artigos aumentando exponencialmente a quantidade e diminuindo a qualidade proporcionalmente. Evidencia-se assim que estas tais editoras sofrem com o déficit de transferência de recursos sofrendo diretamente com o abandono editorial e indiretamente com a escassez das publicações de relevância e com qualidade de pesquisadores unguídos pela ética e pela responsabilidade. Faz-se frente a essas deficiências um governo voltado a degradação da cultura, onde armado e incumbido marcha a frente engajado em retalhar e acuar os centros de pesquisas e as universidades públicas.

Notamos que as universidades públicas nos dias atuais sofrem com ideias neoliberais impostos, apresentando uma baixa resistência devido ao boicote financeiro promovido pelas ideias retrógradas que permeiam o desgoverno atual.

No aprofundamento das relações pessoais destacamos outro ponto negativo oriundo dos orientadores de mestrados e doutorados, dos pesquisadores em questão, onde o enfoque da maioria dos temas deslumbra a terceirização, as concessões e o aprimoramento do meio privado.

Na exceção destas pesquisas, levantamos alguns artigos primorosos elaborados por Shayene Machado Salles, Elda Coelho de Azevedo Bussinguer e Marcello Fragano Baird.

1. A precarização do direito humano fundamental ao trabalho nas organizações sociais de saúde, de Shayene Machado Salles.
2. Direito à saúde: Elda Coelho de Azevedo Bussinguer.

3. Redes de influência, burocracia, política e negócios na Agência Nacional de Saúde Suplementar. O lobby na regulação da propaganda de alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, de Marcello Fragano Baird.

Pode-se notar nestes trabalhos, que há um comprometimento com as problemáticas do sistema de saúde como um todo, visando uma análise crítica e uma preocupação por parte dos pesquisadores com a relevância social e científica acerca dos conteúdos produzidos pelos mesmos nestes artigos.

Cabe ainda enfatizar, que apesar de todos os pesquisadores exercerem seus trabalhos no setor público, pode-se notar que ao longo de suas trajetórias profissionais, alguns foram se perdendo nas encruzilhadas do sistema privado e esqueceram-se do início de suas jornadas e de quem os carregou nos braços nos saudosos anos do ensino fundamental à universidade, passando a atuar sem o devido comprometimento para a promoção de ações em prol das instituições e interesses públicos, como deveriam ter aprendido nos bancos das universidades públicas

Por fim, fica claro nos resultados obtidos a ausência de linhas de pesquisa tanto por parte de financiamento do governo bem como pelos próprios pesquisadores que de forma apática acabam acatando os temas relacionados às linhas já existentes, porém sem o comprometimento com as necessidades público-governamentais.

Considerações finais

Em conformidade com os levantamentos realizados na pesquisa em questão, pode-se concluir que a relação público-privada no âmbito do sistema de saúde brasileiro é caracterizada pela disputa de poderes entre as esferas política, social e econômica.

Desde o seu nascimento, o SUS, vem sendo prejudicado no que tange a sua expansão, bem como através do processo de subfinanciamento, uma vez que ainda há uma evidente indefinição das fontes de suas fontes de recursos o que resulta num cenário extremamente desanimador quanto a efetivação do direito universal à saúde como direito de cidadania, garantido a duras penas pela nossa constituição.

Esta precarização dos serviços públicos de saúde torna-se um fator determinante para a expansão e fortalecimento cada vez maior do mercado privado, que passa a se sentir com força capaz de introjetar também o serviço público e ampliar seus horizontes mercadológicos como

fizeram os grandes navegadores portugueses ampliando seus domínios sobre os territórios em tese ainda não explorados e considerados “mais frágeis”.

Há então um jogo de forças entre o sistema privado querendo cada vez mais invadir o sistema público e que travam lutas diárias com as forças de resistência entre elas os servidores públicos, os conselhos de saúde e até mesmo usuários destes serviços, que não aceitarão de forma pacífica o processo de desmonte do SUS. Eis que surgem como reforços as organizações sociais “sem fins lucrativos”, que se lançam como verdadeiras “cruzadas” que surgem para ajudar os mais vulneráveis e que acabam promovendo este desmonte de maneira mais imperceptível e com maior eficiência, funcionam com o uma espécie de “bandeirantes” da atualidade.

Neste sentido, faz-se necessário produzir ações que visem fortalecer o SUS, desde o fortalecimento das instituições e universidades uma vez que a maioria dos pesquisadores oriundos das universidades públicas não tem se preocupado como deveriam com a defesa dos serviços de saúde. Para defender o SUS, iniciando este processo dentro das universidades é imprescindível que cada um de nós nos perguntemos: Qual a relevância social dos temas que são pesquisados nas universidades públicas? Como estas pesquisas, financiadas com impostos pagos sobretudo pelos mais vulneráveis, poderão colaborar para a transformação da sociedade atual?

Referências

1. Fiuza J. Privatização da saúde no Brasil: da ditadura do grande capital aos governos do PT. Em Pauta. 2019, Vol. 17 Issue 43, p60-73. 14p.
2. Santos RT. O neoliberalismo como linguagem política da pandemia: a Saúde Coletiva e a resposta aos impactos sociais. Revista de Saúde Coletiva, 2020, Vol. 30 Issue 2, p1-9, 9p.
3. Carnut L, Mendes A. Capitalismo contemporâneo em crise e sua forma política: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira. Saúde e Sociedade. 2018, Vol. 27 Issue 4, p1105-1119. 15p.
4. Cohn A. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. Lua Nova, Jan-Apr2020, Issue 109, p129-162, 34p.
5. Alves DFA, Carnut L, Mendes Á. Dimensionamento da ‘economia política’ na ‘economia da saúde’: para refletir sobre o conceito de sustentabilidade. Saúde debate. 2019; 43(spe5):145-160.
6. Silva GG, Santos VR, Cruz VL, Santos RR, Leone RJ. Contratos de gestão com organizações sociais: O papel dos sistemas de controle interno como ferramenta de acompanhamento e fiscalização, mai-ago2018, Vol. 21, p274-294, 21p.
7. Baird MF. Da Hegemonia sanitária ao predomínio liberal: investigando os fatores que impediram uma inflexão liberal na agência nacional de saúde suplementar (ANS) (2004-2014). Revista de Ciências Sociais, 2019, Vol. 62 Issue 4, p1-43, 43p.

8. Bussinguer ECA, Salles SM. Saúde no contexto da inter-relação público-privado: um bem público, um bem de consumo ou um direito humano fundamental com vistas à universalidade? *Revista de Direitos Fundamentais & Democracia*, mai-ago2018, Vol. 23 Issue 2, p104-137, 34p.
9. Bussinguer ECA, Salles SM. A precarização do direito humano fundamental ao trabalho nas organizações sociais de saúde. mai-ago2018, Vol. 19 Issue 2, p375-410, 36p.
10. Misoczky C, Maria, Abdala PR, Damboriarena L. A trajetória ininterrupta da reforma do aparelho de Estado no Brasil: Continuidades nos marcos do neoliberalismo e do gerencialismo. *Administração Pública e Gestão Social*, Jul-Sep2017, Vol. 9 Issue 3, p184-193, 10p.
11. Barros S, Brito BTC, Ernestina A. A política de saúde sob o governo Temer: aspectos ideológicos do acirramento do discurso privatista. *O Social em Questão*, may-aug2019, Vol. 21 Issue 44, p67-86, 20p.
12. Bisco B, SARRETA FGCO. A construção do direito à saúde e do SUS no cenário neoliberal e a contribuição do Serviço Social. *Textos & Contextos*. 2019, Vol. 18 Issue 1, p78-90. 13p.
13. Mendes A, Zöllner MAI, Marques MCC, Jansen MF, Silva THS. A contribuição do pensamento da saúde coletiva à economia política da saúde. *Saúde e Sociedade*. Oct-Dec2017, Vol. 26 Issue 4, p841-860. 20p.
14. Ronice MPFS, Schmaller VPV, Leal EVK, Xavier AB. O novo patamar da contrarreforma da política de saúde no Brasil e os desafios para a Política Nacional de Promoção da Saúde. *O Social em Questão*, may-aug2019, Vol. 21 Issue 44, p45-66, 22p.
15. Braga GCB. A construção do direito à saúde e do SUS no cenário neoliberal e a contribuição do serviço social. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, Vol 18, Iss 1, Pp 78-90 (2019).
16. Borges CJP, Barcelos M, Rodrigues MS. Empresarização da saúde pública: o caso da EBSEH. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, oct/dec2018, Vol. 12 Issue 4, p75-90, 16p.
17. Campos CMS, Nildo V, Soares CB. Mudanças no capitalismo contemporâneo e seu impacto sobre as políticas estatais: o SUS em debate. *Saúde e Sociedade*. June 2015 24(suppl 1):82-91.
18. Albuquerque AF. Instituições públicas versus instituições privadas de saúde: um reflexo da desigualdade social brasileira. *Revista Acesso Livre*, Vol 3, Iss 3, Pp 5-16 (2015).
19. Metten A, Silveira LC, Grabois CAG, Maldonado J. A introdução do complexo econômico industrial da saúde na agenda de desenvolvimento: uma análise a partir do modelo de fluxos múltiplos de Kingdon. *Revista Brasileira de Administração Pública*, jul/ago2015, Vol. 49 Issue 4, p915-936, 22p.
20. Teixeira CFS, Paim JS. A crise mundial de 2008 e o golpe do capital na política de saúde no Brasil. *Saúde em Debate*, Vol 42, Iss spe2, Pp 11-21.

